

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE HISTÓRIA

JÉSSICA MAIRA APARECIDA DE CASTRO

**Panorama sobre a formação de professores de história e historiadores na Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF:
História, perspectiva e desafios.**

Juiz de Fora

2016

JÉSSICA MAIRA APARECIDA DE CASTRO

Panorama sobre a formação de professores de história e historiadores na Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF: História, perspectiva e desafios.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pela acadêmica **Jéssica Maira Aparecida de Castro**, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF.

JUIZ DE FORA

2016

Resumo

O presente estudo apresenta como temática a formação de professores de História no contexto atual Brasileiro. Discorremos sobre o panorama geral da formação de professores de História, suas perspectivas e desafios. Posteriormente, discutiremos a problemática do tratamento dado à formação de professores para atuar na escola a partir do atual projeto político pedagógico do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Buscamos ressaltar a história e compreender como se organiza a proposta curricular- PPC desse curso e como é abordada a formação para a docência. Destacaremos em seguida, o embate em torno do chamado “modelo 3+1” suas origens, permanências e consequências para a educação brasileira. Apontando para atual situação do curso tanto de licenciatura como de bacharelado da UFJF, seus avanços, perdas, soluções e possíveis reflexões para o futuro devido à mudança curricular protagonizada pelo curso. Por fim, à guisa de conclusão, apontaremos para os embates existentes entre o professor de história e o pesquisador em história, demonstrando as lacunas existentes até os dias atuais entre esses dois campos de saberes e um possível diálogo a ser pensado.

Palavras-chave: Formação de Professores; Curso de História da UFJF; Projeto Político-Pedagógico; Licenciatura; Bacharelado.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1. A formação dos professores de História no Brasil.....	3
Capítulo 2. Projeto Pedagógico do Curso de História da UFJF: intencionalidades e prescrições legais.....	6
2. 1- Projeto político pedagógico do Curso de História da UFJF: e a formação de professores.....	9
Capítulo 3. Historiador e professor: um sujeito em duas almas, em busca da superação do “modelo 3+1”.....	11
Considerações Finais.....	21
Referências Bibliográficas.....	22

Introdução:

O presente estudo nasce da inquietação proveniente ao distanciamento colocado no âmbito acadêmico e reafirmado pelos graduandos entre o historiador-pesquisador e o professor de História. A questão se torna ainda mais complexa no campo de estudo da Universidade Federal de Juiz de fora, cujo curso de História passa por uma transição curricular que separa dois âmbitos de saber, o do licenciado e do bacharelado em História. Nossas inquietações originaram-se justamente neste período, visto que a execução das chamadas disciplinas pedagógicas ministradas na Faculdade de Educação, antes quase nulas no currículo passam a ser oferecidas aos estudantes com maior intensidade. Nosso estudo se caracteriza somente como uma primeira verificação, pois a mudança curricular é extremamente recente, o que nos impossibilita de uma análise mais refinada.

Percebemos através de um levantamento realizado com os alunos do curso de História da UFJF, como a discussão sobre a formação dos professores está em alta entre os graduandos, a preocupação em se tornarem um bom profissional e ao mesmo tempo o medo de não darem conta de nos quatro anos da graduação saírem preparados para enfrentar uma sala de aula se fazem presentes entre as discussões. Através das falas desses estudantes percebemos a preocupação com certo distanciamento entre os dois Centros de Formação de professores, o Departamento de História e o Departamento de Educação. Procuramos ressaltar nesse trabalho que o professor não nasce do dia para noite, não é uma questão de dom, mas de profissionalização. A formação do professor de História se dá ao longo da vida, e nesse sentido pensar o currículo de um determinado curso se torna tão importante, pois é na formação acadêmica que o indivíduo cria sua identidade profissional e sua base estrutural como professor.

A reflexão do historiador na condição de professor, como afirma Ströher (2015) tem sido objeto de estudo de diversos estudiosos dedicados a didática da História. Trabalho nada fácil quando pensamos que o debate sobre a formação e profissionalização de professores de história e historiadores tem se caracterizado ao longo dos anos, como um campo de acirradas disputas teóricas e políticas. Falar da formação do docente em História nos dias atuais significa refletir historicamente na conjuntura brasileira, ao processo de formação de ensino e aprendizagem do aluno que as escolas recebem e no relacionamento dos professores com sua prática pedagógica diária. Como afirmado por Cerezer (2007), a didática possui papel relevante no sentido de possibilitar a transformação de um saber histórico em um saber

compreensível e atuante para a compreensão do aluno, tornando-o capacitado a não só conhecer o saber histórico, mas também de torná-lo um participante ativo do pensar e do narrar os fatos históricos.

A História se revela como um campo de disputas de memórias e uma arena de lutas. Por natureza está recheada de temas delicados. Assegurar o passado não se torna menos arriscado do que assegurar o futuro, em tempos que o clamor midiático constrói, desfaz e remodela as memórias da sociedade. Esses meios de comunicação não são neutros e cabe ao pesquisador criar um discurso em torno de determinadas notícias e acontecimentos.

O próprio campo historiográfico é marcado por uma série de disputas, não seria diferente no campo educacional. Presenciamos atualmente uma disputa enorme pelo saber, do que ensinar e como ensinar, discussões essas que atingem diretamente os professores. Favacho (2012) discorre que o currículo não é apenas território de disputas teóricas. Mas, também dos sujeitos da ação educativa: os docentes-educadores e os alunos-educandos. Acrescentaríamos mais um agente que tem agido de forma energética nessa disputa atualmente, o Estado e uma série de medidas visando o âmbito do saber que muitas vezes tem excluído o próprio professor da discussão, é o caso, por exemplo, da medida provisória nº 746, de 2016 que visa a reformulação do ensino médio e o Projeto de Lei nº 867/2015 denominado “Escola sem partido”.

Entendemos que “o ensino de História torna-se fundamental para a compreensão dos fatos históricos e para a sua articulação com a história/realidade presente, uma vez que o presente é fruto da dinâmica dos acontecimentos históricos do passado”¹. Ao professor cabe a difícil tarefa de transmitir uma História que ajude na construção do sujeito histórico e do cidadão consciente, em um contexto de atuação educacional, permeada pelos desafios cotidianos e pela burocratização do ensino. A formação universitária se constitui como o espaço da produção, do debate, do confronto de fontes e interpretações. Porém, a escola continua sendo o lugar da transmissão tendo no livro didático, na maioria das vezes, a principal fonte historiográfica utilizada por professores e alunos.

¹ CEREZER, Osvaldo Mariotto. Formação de Professores e Ensino de História: Perspectivas e Desafios. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº77. Ano VII. Out/2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/077/77cerezer.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

Dessa forma, o presente artigo procura inserir-se nesse arcabouço teórico, analisando os caminhos percorridos por pesquisadores e professores no âmbito da História, buscando identificar pontos de aproximação e cisão do âmbito da licenciatura e do bacharelado. Face às demandas das políticas públicas que exigem uma interlocução cada vez mais intensa entre instituições universitárias e escolares, é fundamental compreender a necessidade de articular os saberes acadêmicos e educacionais. No entanto, essa superação só ocorrerá através de uma busca constante pela atualização e formação continuada do professor, aliada a uma análise e reflexão crítica e cotidiana da nossa própria prática pedagógica. E na superação da lacuna existente entre o professor e o pesquisador em História.

1. A formação dos professores de História no Brasil

Historicamente, o debate sobre a formação e profissionalização de professores de história e historiadores tem se caracterizado como um campo de acirrada disputas teóricas e políticas. Desde a chegada dos jesuítas ao Brasil no período colonial, foram formadas escolas que possuíam como objetivo a doutrinação dos índios, mas passaram a ensinar também os filhos dos gentios e cristãos. Assim, a profissão docente surge ligada às características da docência tal como ela se dava no Reino de Portugal com uma forte vinculação com a Igreja Católica.

Luis Fernando Cerri (2013) defende que os jesuítas acabaram por fortalecer a representação da docência como ideologia ao dom, ou seja, ser professor seria uma capacidade natural, um talento inato, um presente divino. Jordão (2002) defende que os professores da época colonial não tinham as mínimas informações de métodos pedagógicos, os padres Jesuítas, bem como outros “educadores”, tinham em mente que os africanos e os índios não possuíam uma inteligência fértil como os filhos dos burgueses que moravam no Brasil na época.

Segundo o autor a normatização para o reconhecimento da classe do docente, teve início somente em 1827, após a Lei Geral de Ensino. Com o Ato Adicional em 1834 que transferiu as responsabilidades para as províncias e a criação das escolas normais, os professores se viram obrigados a se preparar profissionalmente. Entretanto, no que tange a docência, o século XIX foi marcado por pessoas estudadas em diversas áreas, numa situação de escassez de cursos superiores e ausência de universidades. Havia uma forte presença do gênero, uma vez que o corpo docente era composto basicamente por professores do sexo masculino, a própria capacidade de raciocínio das mulheres era questionada. As disciplinas da área de

humanidades eram ministradas por bacharéis em Direito ou por sacerdotes católicos, o Estado imperial, longe de laico, mesclava elementos de história sagrada com os conteúdos de história universal e nacional.

Podemos perceber através da análise da educação Imperial realizada por Rui Barbosa em 1882 e suas críticas a situação em que se encontrava o ensino superior brasileiro, especialmente no Direito, que a preocupação com a formação dos professores não é algo recente. Com a proclamação da República, tal preocupação surge de forma explícita quando se discutiu a abertura e a organização da instrução popular. No ano de 1890, foi criado o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, o primeiro dedicado à educação, no qual foi ministro Benjamin Constant Botelho de Magalhães. A Reforma de Instrução Pública proposta por Benjamin Constant no Art. 2º garantia a instrução primária, livre, gratuita e leiga, que seria dada no Distrito Federal em escolas públicas de duas categorias: 1ª escolas primárias do 1º grau e 2ª escolas primárias do 2º grau². Após terminarem estes estudos, realizavam o exame final, para que então pudessem ser aprovados e seguir no ensino superior. A reforma se caracterizou como uma tentativa de melhorar o ensino público no país naquele momento, em que o Brasil estava marcado por significativas mudanças.

Com o advento da República iniciou-se um período de reforma do ensino, o Estado passou a oferecer ensino público e gratuito para todos os cidadãos, garantido desde a promulgação da Constituição de 1891. Os novos métodos de alfabetização se multiplicaram e, ao longo das décadas, oficialmente o índice de analfabetismo foi caindo. Não podemos esquecer que foi no final do século XIX que a formação de docentes para o ensino das “primeiras letras” em cursos específicos foi proposta com a criação das Escolas Normais. No entanto, a Primeira República foi marcada pela cultura do ensino dualista, dividindo a sociedade entre pobres e ricos.

No final dos anos de 1930, no contexto da criação e expansão das universidades, o sistema escolar continuou seletivo e excludente. De acordo com a pesquisadora Gatti (2010), foi somente no início do século XX que se dá com o aparecimento do Manifesto dos Pioneiros da educação Nova (1932) a preocupação real da organização de um sistema educacional

² BRASIL. *DECRETO N. 981 - DE 8 DE NOVEMBRO DE 1890*. Senado Federal: Subsecretaria de Informações. Primeira República, fontes escritas. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

adequado à estrutura moderna que vivenciava o país naquele período. Aqueles homens acreditavam que era preciso mudar os fracassos, as medidas imediatistas em curto prazo não fariam mais sentido, era necessário pensar no futuro.

Como destacado por Nascimento (2013), no que se verifica na formação em História, o curso foi pensado interligado com o curso de Geografia. Assim, a habilitação se faria em História e Geografia. A distribuição das disciplinas como destacado pelo autor era feita de forma equilibrada, porém a comunidade de geógrafos não concordava com um curso único, defendendo que o ensino de História e Geografia se processava de forma separada no ensino secundário. A formação ocorreu de forma conjunta entre essas duas disciplinas até meados dos anos 1950, quando foi desmembrada a partir da Lei nº 2.594, de 8 de setembro de 1955, assinada pelo presidente Café Filho (1955-1956) e pelo ministro Candido Motta Filho³. Nascimento destaca que algumas universidades mantiveram até o início dos anos 1960 a habilitação de seus alunos em História e Geografia é o caso da na Universidade do Brasil e na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Segundo Nascimento, em julho de 1959 mais um manifesto foi lançada, desta fez o “Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados”, reafirmando alguns pontos do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932) e defendendo o dever do Estado com a educação pública, laica, obrigatória e gratuita. Portanto, foi ano de 1961 se caracterizou como um ano de suma importância para o debate na consolidação dos cursos de História. Primeiro com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) pelo então presidente João Goulart (1961-1964). E segundo, pela criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh) – hoje Associação Nacional de História. As questões colocadas naquele momento a Anpuh eram inúmeras, uma delas era a necessidade de reestruturação do currículo mínimo do curso de História, depois da separação do curso de Geografia.

Os cursos de História que vinham em um processo de reestruturação e definição de seu currículo e de suas bases educacionais sofreram um enorme choque com o golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart em 1964. A educação passou por uma série de mudanças em prol da manutenção da ordem. Borges, Aquino e Puentes (2011), afirmam que a educação sofreu fortes influências da tendência liberal tecnicista, cuja ideologia era formar

³ NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 265-304 – 2013. p. 275. Disponível em: < <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/98> >. Acesso em: 17 nov. 2016.

técnicos profissionais, de forma rápida, para atender ao mercado de trabalho. O sistema educacional continuou excludente, oferecendo o ensino superior à elite e o ensino profissionalizante as classes desfavorecidas economicamente. A História negou-se autonomia com a inclusão dos Estudos Sociais e a diminuição da carga horária da disciplina.

Com a lenta, gradual e segura abertura política tivemos uma alteração no quadro educacional, principalmente a reivindicação pelo retorno da Geografia e da História nas escolas de ensino do 1º grau. As licenciaturas curtas foram extintas definitivamente em 1996, e uma série de novas reformas educacionais foram implantadas. Nascimento (2013) destaca uma série de documentos com o intuito de garantir a reforma educacional como as Diretrizes Curriculares para a educação infantil, o ensino fundamental e médio; as Diretrizes Curriculares para os cursos de nível superior, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de História foram aprovadas em 2002, uma das finalidades principais do documento é substituir o currículo mínimo estabelecido em 1962, com a preocupação no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais dos professores. Assim, foi concedida às Universidades a possibilidade de organização de cursos de formação de professores, de acordo com seus projetos institucionais. Na década seguinte, a pós-graduação começou a ser efetivamente implantada no Brasil.

Borges, Aquino e Puentes (2011) discorrem que as políticas e as práticas do sistema educacional brasileiro encontram-se orientadas pelos valores do neoliberalismo e, por isso, apresentam contradições. Nos governos Lula, presenciamos projetos de expansão universitária e uma série de investimento na Educação Superior. A Universidade cresceu em número e em vagas, dando oportunidade a jovens que antes somente sonhavam com o Ensino superior. Cerri (2013) argumenta que os governos do Partido dos Trabalhadores à frente da Presidência da República não significaram a revisão, mas sim, a continuidade das políticas educacionais dos governos de Cardoso, especialmente no que se refere aos ordenamentos curriculares. Não podemos deixar de admitir as significativas mudanças na educação protagonizadas pelo PT, portanto muita coisa ainda precisa ser feita para que se alcance uma Universidade democrática e de qualidade para todos que a desejarem. Com uma formação docente realmente com qualidade, e além, uma escola que adenta não só o professor mais os alunos considerando o contexto social, econômico e político de nosso país.

2. Projeto Pedagógico do Curso de História da UFJF: intencionalidades e prescrições legais

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada em 23 de dezembro de 1960, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek. A Cidade Universitária foi construída no ano de 1969, local onde permanece até os dias atuais. Na década de 70, com a Reforma Universitária, a UFJF passou a contar com três institutos básicos: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), onde o curso de graduação em História teve sua origem na extinta Faculdade de Filosofia e de Letras (FAFILE), com a criação em 1948 dos Cursos de História e Geografia, concebidos como um único curso. A separação dos dois cursos (Geografia e História) ocorreu em 1959. Com a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, a FAFILE foi, em 1968, a ela incorporada e, em decorrência, o Curso de História⁴.

De acordo com a Proposta Curricular do curso de História de 2013, na trajetória do curso até a década de 1990, conheceu duas reformas curriculares, que não alteraram fundamentalmente sua estrutura, fortemente marcada pela ênfase na formação de professores e por um elenco rígido de disciplinas. Na Proposta percebemos que esse quadro sofreu alteração nos anos de 1990, quando o curso de História iniciou uma nova trajetória sofrendo influência com as próprias mudanças da instituição. Como o aumento do número de professores principalmente com a titulação de doutores. A principal crítica da proposta é que o currículo do curso tinha um número enorme de disciplinas, com a prevalência da licenciatura “Incongruente com as potencialidades do corpo docente, restritivo das atividades de pesquisa”⁵.

Com base nesses pressupostos a Proposta curricular afirma que foi definida em 2001 e instaurada dois anos depois, uma nova proposta pedagógica que buscava tornar a estrutura curricular mais flexível, reduzindo o número de pré-requisitos, eliminando as disciplinas de perfil temático e criando os Tópicos Especiais em História de conteúdo livre, acentuando as disciplinas pedagógicas e reforçando a importância da prática escolar, além da criação da ênfase, opcional, em Patrimônio Histórico. Apesar de a Proposta defender que estaria formando o Professor-Pesquisador, como veremos no próximo capítulo, acabou por reafirmar o predomínio do bacharelado sobre a licenciatura, cujo aluno só teria a discussão com

⁴ Dados extraídos: UFJF- História. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

⁵ CORDENAÇÃO CURSO DE HISTÓRIA. Projeto Pedagógico do curso de História da UFJFP. p. 8. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/historia/files/2009/12/PROJETO-PEDAG%C3%93GICO-DO-CURSO-DE-HIST%C3%93RIA-2013.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2016.

assuntos relacionados à didática e a formação de professores no âmbito escolar, no último ano do curso.

A Proposta afirma que a primeira medida fundava-se na compreensão de que a formação de professor exigia concomitantemente a formação para a pesquisa, que em dez anos da implementação do currículo o balanço seria positivo já que: “o desempenho dos alunos do curso no mercado de trabalho e nas seleções para pós-graduação atesta que o currículo em vigor opera adequadamente”⁶. Percebe-se que não trata na proposta que o currículo teria sido válido para uma formação de professores mais adequada, e sim, para a seleção no PPG em História, que confirma um forte impulso para a pesquisa. Apesar de a Proposta afirmar que o currículo implantado foi um sucesso, e que visava o professor/pesquisador, mas que seu balanço foi positivo por seu âmbito da pesquisa, ela ressalta que no novo Projeto Pedagógico elaborado em 2013 seriam necessárias duas reedificações resultantes da avaliação de algumas das disposições de 2001.

A primeira delas seria a separação entre a licenciatura e o bacharelado. Apesar disso a Proposta afirma que: “o currículo de História aparece, pois, com as duas modalidades separadas, resguardando-se, contudo, a presença de um espaço de formação comum e os requisitos necessários, nas disciplinas do curso e em sua proposta pedagógica, para que o futuro professor disponha da “familiaridade com os instrumentos e o manejo da pesquisa histórica”. Porém, a proposta não afirma o contrário, que resguardaria ao pesquisador uma formação mínima como professor. A outra mudança seria a adequação do curso aos formatos das licenciaturas da UFJF, que inviabilizou sua adesão no último currículo devido a um empecilho cronológico. “Passados dez anos da implantação do currículo, tal adequação torna-se um passo importante para o aperfeiçoamento do curso e a integração entre as licenciaturas da UFJF”⁷.

Percebemos assim, pelos elementos expostos pela proposta que o curso passou por três fases. A primeira na década de 1990, cujo curso era totalmente voltado para a licenciatura, renegando a pesquisa e as potencialidades de seus doutores, com um currículo extremamente maçante. A segunda, referente à mudança projetada em 2001 e colocada em vigor em 2003,

⁶ CORDENAÇÃO CURSO DE HISTÓRIA. Projeto Pedagógico do curso de História da UFJFP. p. 9 Disponível em: < <http://www.ufjf.br/historia/files/2009/12/PROJETO-PEDAG%C3%93GICO-DO-CURSO-DE-HIST%C3%93RIA-2013.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2016.

⁷ Idem. p. 9.

que flexibilizava o currículo, acrescentou a formação em Patrimônio Histórico e instituiu a formação da licenciatura e do bacharelado conjuntamente. Porém, os alunos entrariam em contato com as matérias referentes à didática majoritariamente no último ano de formação. E o currículo atual, projetado em 2013 e colocado em vigor em 2014, que voltaria com as matérias referentes à didática, provenientes a separação do curso, mas que almejava garantir ao professor uma formação mínima como pesquisador. Sem dúvida os currículos do curso passaram por avanços consideráveis. Mas, acreditamos que muita coisa ainda pode e deve ser feita para que realmente possamos ter uma formação voltada para a pesquisa e o ensino.

2.1- Projeto político pedagógico do Curso de História da UFJF: e a formação de professores

Os currículos são escolhas culturais, temporais, sempre variáveis e dinâmicas. São “tradições inventadas, invenções, porque são escolhas humanas [...] tradições, porque se convertem em estruturas de saber em torno das quais as pessoas tomam decisões, se movimentam e, principalmente, naturalizam ideias e modos de agir”⁸. A discussão em torno dos currículos gira em torno da seleção, em bases de saberes já construído, de estruturas fortalecidas que na maioria das vezes já são naturalizadas. Por isso, pensar o currículo de um determinado curso se torna tão importante, a formação do professor se dá ao longo de toda a vida, mas é na formação acadêmica que o indivíduo cria sua identidade profissional e sua base estrutural como professor.

Selecionamos para nossa análise duas reformas curriculares pelas quais o curso de História transitou. A primeira, referente ao ano de 2001 e colocada em vigor em 2003 e a última referente ao ano de 2013, colocada em vigor no ano de 2014. Para isso, seguimos alguns padrões preestabelecidos que permitiram comparar as continuidades e rupturas dos dois projetos pedagógicos. Como: perfil dos formandos, competências e habilidades a serem desenvolvidas. No capítulo 3, discorreremos sobre os conteúdos básicos por núcleos e outras áreas, conteúdos optativos e tópicos especiais, conteúdos definidos para a educação básica, os avanços e perspectivas em relação ao novo currículo.

Perfil dos formandos: o referido documento (Proposta 2001-2003) não aponta diretamente para o perfil dos formandos. No entanto, após realizamos a leitura do mesmo é possível identificar trechos que fazem alusão do que seria o perfil do graduando em História. O

⁸ MIRANDA, Sônia Regina et al. *Proposta curricular História*. Prefeitura de Juiz de Fora- Secretaria de Educação. Juiz de Fora, 2012. p. 3.

primeiro ponto que destacamos no documento é com relação à habilitação do professor-pesquisador, neste momento do texto é apontado que o mesmo necessita ser capaz de desempenhar as funções de professor sem abrir mão da experiência de pesquisa. Em contrapartida, o Projeto Pedagógico (2013-2014) não apresenta uma definição elaborada do perfil do formando de seu curso, o que podemos visualizar é um parecer das disposições das Diretrizes Curriculares do Curso de História do CNE. Que cita, entre outras coisas a necessidade do domínio pleno da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão.

Competências e habilidades a serem desenvolvidas: Habilidades são capacidades para realizar determinadas tarefas desenvolvidas a partir de teoria e prática. As competências são a soma das habilidades, implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas que se possui. Na Proposta (2001-2003), percebemos que no subtítulo referente as habilidades e competências são atividades extraescolares como por exemplo monitorias, estágios, estudos complementares, bolsas de iniciação científicas. Mas, não deixa claro quais seria o conjunto de habilidades que o formando teria que desenvolver ao longo do curso.

No Projeto Pedagógico referente à 2013/2014, apresenta seis habilidades esperadas dos formandos, entre elas:

- a. Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- b. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- c. Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- d. Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- e. Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de

documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural. f. competência na utilização da informática.⁹

Percebemos que dentre as habilidades não apresenta nenhuma específica para a formação do professor. O que é citado no documento é o projeto geral das licenciaturas da UFJF, que entre várias habilidades aponta que o profissional licenciado seja;

- a) Crítico, ético, solidário e consciente do seu papel na sociedade.
- b) Exerça a autonomia de pensar e decidir, de maneira comprometida, pela busca de respostas aos desafios da realidade social e aos problemas existentes nas escolas;
- c) Seja versátil na superação das dificuldades conhecidas da profissão;
- d) Seja sempre um investigador em sua prática, de modo a procurar novos caminhos de superação profissional;
- e) Tenha domínio do conhecimento de sua área de formação específica, buscando sempre mecanismos de atualização e formação continuada.¹⁰

É necessário ponderarmos que comparados os dois projetos pedagógicos, o referente ao ano de 2013/2014 avançou de forma significativa na discussão sobre a formação de professores e o âmbito escolar. Percebemos a presença maior em temas relacionados a licenciatura e a alusão do documento a aproximação necessária para superar o distanciamento entre a formação acadêmica as exigências do magistério. Porém, ainda existem lacunas e problemas que precisam ser sanados.

3. Historiador e professor: um sujeito em duas almas, em busca da superação do “modelo 3+1”

Não é incomum a um estudante da graduação se deparar com a seguinte frase: “a formação do professor de História se processa ao longo de toda a vida”, e de fato, a formação de professores tem que ser um processo contínuo, principalmente quando o assunto é História, que tem seu conteúdo aumentado todos os dias, na medida em que as escolas não aumentam a carga horária da disciplina, sem contar a revisão historiográfica. Vemo-nos envolvidos em um processo nada simples, o da seleção. Afinal, o que ensinar? E talvez mais complexo ainda, como ensinar? São questões chaves atualmente no curso de formação de professores.

⁹ Dados extraídos do Projeto Pedagógico do curso de História. p. 7.

¹⁰ Dados extraídos do Projeto Pedagógico do curso de História. p. 8.

As licenciaturas são os cursos que visam formar professores, estes são definidos como “aqueles que professa ou ensina uma ciência, uma arte, um mestre”¹¹. Em nosso país, a profissão se vê cada vez mais desvalorizadas, frases como: “Nossa, por que você quer ser professor, não tinha nota para passar em outro curso não?”, “Vai ser professor? Pelo menos vai fazer o que gosta né!” são presentes ao longo dos quatro anos de curso. Sem contar a desvalorização frente as próprias políticas educacionais, com salários cada vez mais baixos, seus planos de carreira e suas condições de trabalho cada vez mais precárias. De acordo com o jornal Zero Hora, os cursos de licenciaturas vêm enfrentando uma queda em todo o Brasil e formando menos professores a cada ano. Segundo o jornal, desde 2010, apesar do aumento no acesso ao Ensino Superior, menos estudantes têm procurado faculdades para seguir a docência, e muitos dos que completam o curso sequer têm a sala de aula como meta¹².

Nossa preocupação nesse trabalho é, sobretudo com a formação inicial desses professores de história, nos cursos de graduação onde os saberes históricos e pedagógicos são mobilizados, problematizados e incorporados por esses alunos e futuros professores. É nesse momento de construção da identidade pessoal e profissional no âmbito universitário que mobiliza a formação do docente. Assim, saímos do imaginário do professor como capacidade natural, um talento inato, um presente divino, um simples dom, para adentrar a concepção de um profissional, com seus dilemas, problemas e dificuldades, mobilizando seus recursos para se tornar um bom profissional. Nesse aspecto, a formação do professor enquanto profissional se torna ponto chave em nossa análise.

O modelo inaugural da formação de professores no Brasil na década de 1930, chamado de “3+1” que marcou a mentalidade por anos nos cursos de História em todo o país e ainda sofremos com seus vestígios nos dias atuais. Como afirma: Thiago Rodrigues do Nascimento:

“Os primeiros cursos dessa instituição se constituíram no chamado modelo “3+1”, isto é, três anos de formação específica (bacharelado) somados a um ano de licenciatura ou formação pedagógica. Após cursarem as disciplinas específicas do curso de História e Geografia, os discentes se dirigiam ao Instituto de Educação a fim de cursarem as disciplinas pedagógicas. [...] Assim, o Licenciado passava a ser aquele que concluísse o curso de Didática. (RODRIGUES, 2013, p. 269)

¹¹ BUENO, Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2000. p. 510.

¹² JUSTINO, Guilherme. *Cursos de licenciatura enfrentam queda na procura em todo o Brasil*. ZH educação. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/07/cursos-de-licenciatura-enfrentam-queda-na-procura-em-todo-o-brasil-4793025.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Assim, o modelo “3+1” se referia a 3 anos de estudos teóricos na área disciplinar como história, geografia, biologia, entre outros, acrescidos de um ano de formação pedagógica, como as práticas e os estágios curriculares, ao final dos quais o estudante estaria pronto para enfrentar a sala de aula. A ideia ressaltada por esse modelo é que para se tornar um bom professor de história bastaria dominar os conteúdos de História. Assim, as disciplinas da pedagogia seriam uma simples formalidade. Analisamos que essa premissa se dá de forma muito perigosa, uma vez que os cursos de História tentam afirmar nos dias atuais o contrário dessa lógica. O aluno não precisa ser um depositário de conteúdos, não são as respostas prontas que vai lhe tornar um bom profissional, mas sim, a investigação e as perguntas.

O problema se torna bem mais complexo quando analisamos o tripé que fundamenta os princípios da universidade com o ensino, pesquisa e extensão, e chegamos ao diagnóstico que a extensão foi parcialmente e em alguns casos completamente deixada de lado. A distância existente entre as práticas e os saberes históricos produzidos, debatidos e transmitidos nas Universidades e aqueles ensinados e aprendidos nas escolas de ensino fundamental e médio são enormes. Continuamos a escrever para nossos pares e não alcançamos o debate público em um nível significativo. Desta forma a teoria da história nada teria a dizer sobre a didática e a formação pedagógica passava a ser vista como um simples complemento, a ser cursado por uma exigência formal a contragosto dos alunos. No currículo do curso de História, que inicialmente era conjunto com o de Geografia, os alunos só envolveriam com a discussão de formação de professores no último ano de sua graduação, como demonstrado no quadro 1.

Quadro 1: Currículo Mínimo do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil)

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Geografia Física	Geografia Física	Geografia do Brasil	Didática geral
Geografia Humana	Geografia Humana	História Contemporânea	Didática especial
Antropologia	História Moderna	História do Brasil	Psicologia educacional
História da Antiguidade e da Idade Média	História do Brasil	História da América	Administração escolar
	Etnografia	Etnografia do Brasil	Fundamentos Biológicos da Educação
			Fundamentos Sociológicos da Educação

Fonte: Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939.

O problema do chamado “modelo 3+1” é que ele não se qualificou somente como um modelo inaugural, mas se estendeu pelo tempo, perpassando a formação dos professores de história em todo o Brasil e adentrando aos anos iniciais do século XXI. A formação pedagógica passou a ser vista como um apêndice do bacharelado, estabelecendo um abismo enorme entre o licenciado e o bacharel. Segundo o pesquisador Luís Fernando Cerri, a licenciatura funcionaria como o esteio que sustenta a existência dos cursos de História e seus formadores, apesar do pouco caso, às vezes velado e às vezes aberto, que muitos historiadores em seus departamentos fizeram e seguem fazendo. Segundo o autor:

“[...] o modelo inaugural da formação de professores, chamado de “3+1”, ainda marca a mentalidade de parte significativa de historiadores e pedagogos responsáveis pela formação dos novos profissionais, bem como as estruturas acadêmicas”. (CERRI, 2013, p. 1)

Para o autor a situação ficou mais complicada ainda com a mudança da legislação federal em 2001, referente à graduação. Tal legislação passou a impedir que, com a vaga obtida em concurso vestibular para acesso ao curso de ensino superior, um aluno pudesse concluir o bacharelado e logo reoptar pela licenciatura, e, com a aprovação em mais algumas disciplinas, obter também o diploma de licenciado. Segundo o parecer do Ministério da Educação:

“O processo de elaboração das propostas de diretrizes curriculares para a graduação, conduzido pela SESu, consolidou a direção da formação para três categorias de carreiras: Bacharelado Acadêmico; Bacharelado Profissionalizante e Licenciatura. Dessa forma, a Licenciatura ganhou um projeto específico. Isso exige a definição de currículos próprios da Licenciatura que não se confundam com o Bacharelado ou com a antiga formação de professores que ficou caracterizada como modelo “3+1”. (Parecer CNE/CP 9/2001- Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31).

Portanto, Cerri destaca que a maioria dos cursos não se adaptou a nova legislação, é o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, que teve seu currículo redefinido somente no ano de 2014. Seu currículo anterior apesar de contar com uma disciplina no 3º período referente a formação de professores, acabava por reafirmar em grande medida a mentalidade do modelo “3+1”, como demonstrado no quadro 2:

Quadro 2: Currículo Mínimo do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF/ Licenciatura e Bacharelado (2010-2014)

1º Período	2º Período	3º período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
História Antiga	História Medieval	História Moderna I	História Contemporânea I	Hist. da América III	Hist. do Brasil República II	História do Brasil República II	Didática e Prática do Ensino de História C/EST.SUP.E SC.1 e 2gr.III
Introd. aos Estudos Históricos	Metodologia da História I	História Moderna II	História Contemporânea II	Hist. de Minas Gerais	Tópicos especiais	Metodologia da História II	Trabalho de Conclusão de curso em licenciatura
Metodologia do Trabalho científico	Patrimônio Histórico I	História da América I	História da América II	Historiografia Brasileira	Tópicos especiais	Didática e Prática do Ensino de História C/EST.SUP.E SC.1 e 2gr.1	Trabalho de Conclusão de curso em Bacharelado
História e interdisciplinaridade	Processo Ensino Aprendizagem	História do Brasil Colonial	História do Brasil Império	Hist. do Brasil República I	Matéria em outro curso	Seminário em Gestão Escolar	Seminário de Pesquisa
Português IX	Tópicos especiais	Seminários em Ciências Sociais Aplicadas à Educação/ Prática Escolar I	Tópicos especiais	Tópicos especiais	Matéria em outro curso	Prática Escolar III	

Fonte: Departamento de História UFJF.

Além disso, outro fator que se torna agravante, as matérias que deveriam ser lecionadas no sétimo período como Seminário em Gestão Escolar e Prática Escolar III, deixaram de serem oferecidas. Assim, os alunos que formaram nesse currículo acabaram se moldando no chamado “modelo 3+1”. Como demonstrando no capítulo anterior o curso mudou seu currículo no ano de 2014, separando as modalidades licenciaturas e bacharelado e ordenando um novo currículo que foge as normas desse modelo inaugural de formação de professores. Como demonstrado no quadro 3.

Currículo Mínimo do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF

Licenciatura

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Introdução aos Estudos Históricos	História Medieval	História Moderna I	Hist. Contemporânea I	História Contemporânea II	História de Minas Gerais	Metodologia da História II	Historiografia Brasileira
História Antiga	Metodologia da História I	História Moderna II	História da América II	História da América III	História do Brasil República II	História do Brasil República III	Opcional
Patrimônio Histórico I	História da África	História da América I	História do Brasil Império	História do Brasil República I	Tópicos de História	Opcional	Reflexão Sobre Atuação no Espaço Escolar – Ensino de História II
Português XI	Oficina de Ensino de História I	História do Brasil Colonial	Tópicos de História	Tópicos de História	Oficina de Ensino de História V	Questões Filosóficas Aplicadas à Educação	Estágio Supervisionado II
Libras	Saberes Históricos Escolares	Oficina de Ensino de História II	Oficina de Ensino de História III	Oficina de Ensino de História IV	Ensino de História na Escola Básica II	Reflexão Sobre Atuação no Espaço Escolar – Ensino de História I	Trabalho de Conclusão de Curso
	Prática Escolar em Saberes Históricos	Metodologia do Ensino de História	Políticas Públicas e Gestão do Espaço Escolar	Ensino de História na Escola Básica I	Prática Escolar em Ensino de História na Escola Básica II	Estágio Supervisionado I	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
			Prática em Políticas Públicas e Gestão do Espaço Escolar	Prática Escolar em Ensino de História na Escola Básica I	Processo Ensino Aprendizagem		

Fonte: <http://www.ufjf.br/historia/grade-2/licenciatura/>

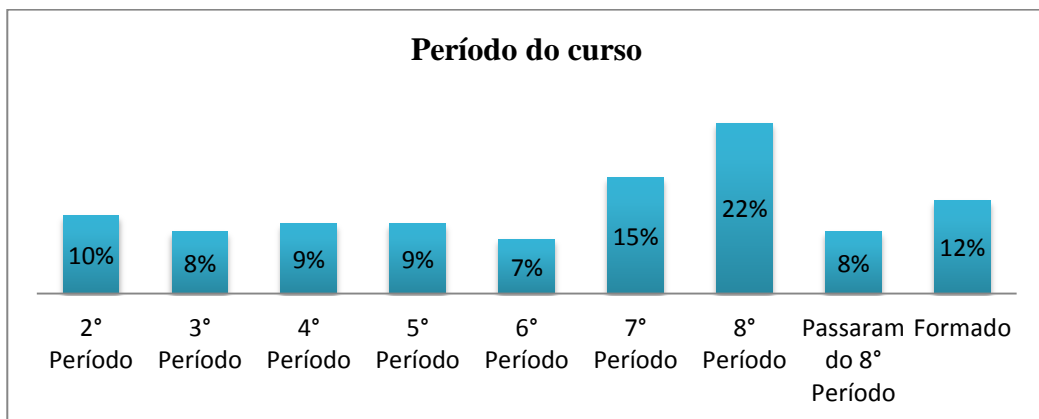
De acordo com o novo currículo adotado pelo curso conseguimos visualizar uma grande quantidade de matérias voltadas para a formação de professores como: Oficina de Ensino de História I, Saberes Históricos Escolares, Prática Escolar em Saberes Históricos, Oficina de Ensino de História II, Oficina de Ensino de História III, Políticas Públicas e Gestão do Espaço Escolar, Prática em Políticas Públicas e Gestão do Espaço Escolar, Oficina de Ensino de História IV, Ensino de História na Escola Básica I, Prática Escolar em Ensino de História na Escola Básica I, Oficina de Ensino de História V, Ensino de História na Escola Básica II, Prática Escolar em Ensino de História na Escola Básica II, Processo Ensino Aprendizagem, Questões Filosóficas Aplicadas à Educação, Reflexão Sobre Atuação no

Espaço Escolar – Ensino de História I, Estágio Supervisionado I, Reflexão Sobre Atuação no Espaço Escolar – Ensino de História II e Estágio Supervisionado II. Um quadro bem diferente do que se presenciava no currículo anterior, composto somente por três matérias voltadas a pensar o âmbito escolar e a formação do professor de História.

Para refinarmos nosso debate, objetivamos por realizar um levantamento com 100 alunos de períodos variados do curso de História da UFJF, incluindo aqueles graduandos que estão ou se formaram no Currículo anterior a 2014, e os alunos alcançados por essa mudança na grade do curso. Através desse levantamento além de traçarmos o perfil desses estudantes ingressantes na área de História, podemos analisar a percepção dos mesmos em relação a seu curso e sua área de atuação como futuros professores. Quanto à idade, 72% dos entrevistados se encontram na faixa etária entre os 18 aos 24 anos, 28% corresponde aos licenciados de 25 a 50 anos.

Quanto ao sexo podemos observar certa homogeneidade no curso, uma vez que 52% dos entrevistados são mulheres e 48% são formados por homens. Objetivamos por não entrevistamos os alunos do 1º período do curso, por não estarem aptos a responderem as principais perguntas que o levantamento se propôs a investigar. Sendo assim, chegamos aos seguintes dados:

Gráfico 1:



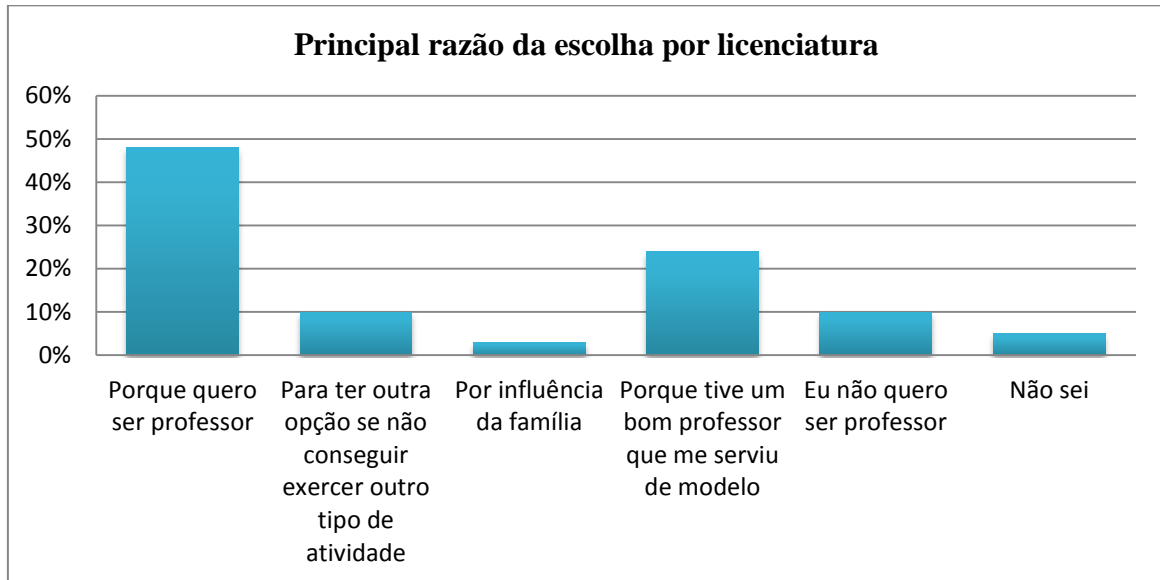
Fonte: Dados extraídos após levantamento com os alunos do curso de História.

Elaborado por: Jéssica Castro

Sobre a reforma curricular como mencionado posteriormente, por ter sido colocada em vigor no ano de 2014, 62% dos entrevistados ainda estavam ou cursaram o currículo antigo (2001-2003) que vigorou até o ano de 2013, 38% dos alunos já estão cursando a nova proposta curricular do curso de História da UFJF. É importante esse dado para observarmos se

de fato a nova proposta curricular tem cumprido seu papel e as mudanças que tiveram no curso tanto na licenciatura como no bacharelado. Sobre a escolha ao lecionar:

Gráfico 2:



Fonte: Dados extraídos após levantamento com os alunos do curso de História.

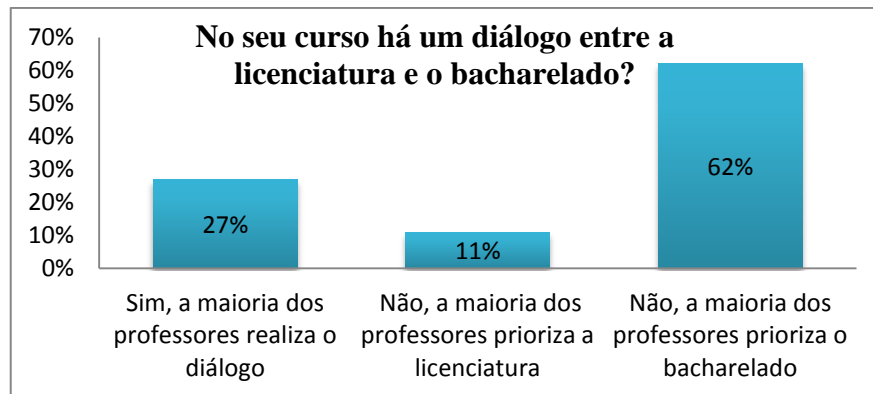
Elaborado por: Jéssica Castro

No que se refere à classificação de qualidade do curso, 19% dos entrevistados o classificou como *Ótimo*, 53% como *Bom*, 28% como *Regular* e nenhum aluno classificou o curso como *Péssimo*. É importante lembrarmos que o curso de História da UFJF, possui nota 5 no Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, uma nota considerável no âmbito da Universidade, quando somente mais 10 cursos obtém o mesmo desempenho¹³.

Quando questionados sobre há existência de um diálogo no curso entre a licenciatura e o bacharelado, os dados são notórios:

¹³ Dados extraídos: UFJF Notícias. UFJF é a 17ª do país e tem a oitava melhor graduação. 21 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/noticias/2015/12/21/ufjf-e-a-17a-do-pais-e-tem-a-oitava-melhor-graduacao/>>. Acesso em 18 nov. 2016.

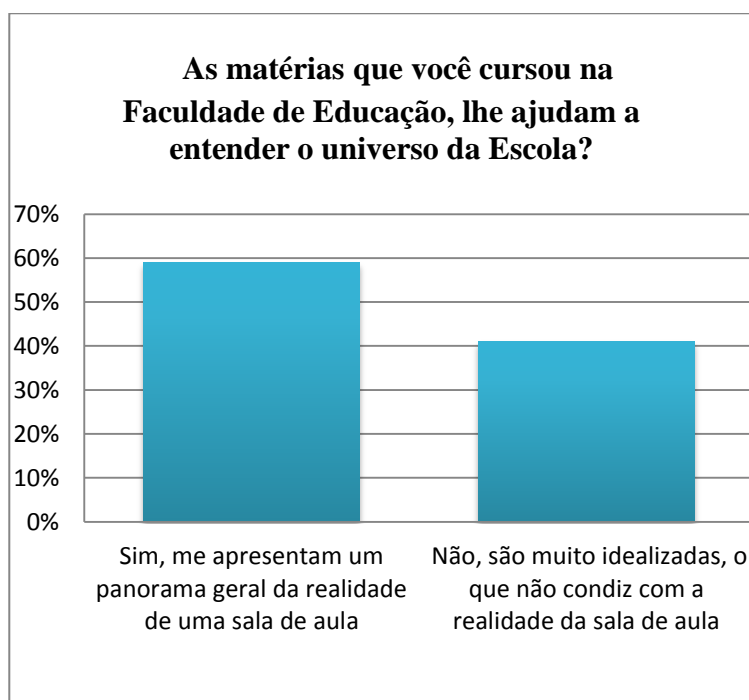
Gráfico 3:



Fonte: Dados extraídos após levantamento com os alunos do curso de História.
Elaborado por: Jéssica Castro

É interessante notarmos que a maioria dos entrevistados que responderam que os professores ou priorizam a licenciatura ou realizam o diálogo entre os dois campos de saberes, fazem parte do novo currículo adotado pelo curso. O que podemos concluir de forma previa é que pode estar ocorrendo uma mudança gradual no curso. Sobre as matérias cursadas na Faculdade de Educação referente aos saberes escolares e a formação de professores, os alunos em sua maioria, concordam que apresentam um panorama geral da realidade de uma sala de aula, como demonstrado no gráfico abaixo:

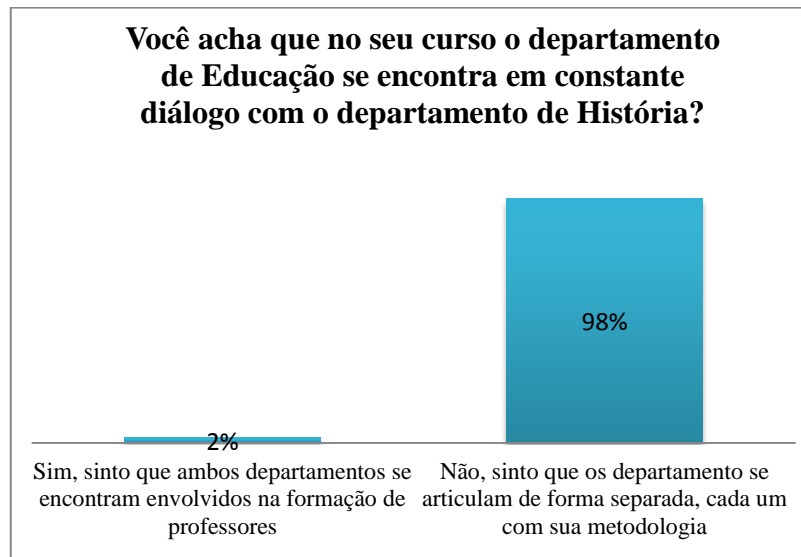
Gráfico 4:



Fonte: Dados extraídos após levantamento com os alunos do curso de História.
Elaborado por: Jéssica Castro

Entretanto, quando questionados sobre a o diálogo entre o departamento de Educação e o de História, as respostas são assustadoras.

Gráfico 5:



Fonte: Dados extraídos após levantamento com os alunos do curso de História.
Elaborado por: Jéssica Castro

Como podemos observar no gráfico, 98% dos licenciados entrevistados concordam que há um distanciamento entre os dois departamentos quando o assunto é a formação docente. Sendo assim, podemos concluir com esse breve levantamento que apesar do novo currículo do curso de História da UFJF, está surdindo efeito de forma gradativa no âmbito da licenciatura e da formação docente. Os dois departamentos ainda se articulam de forma separada, cada um com sua metodologia. Criando uma lacuna, que se preenchida poderia por resolver a distancia ainda existente entre os dois âmbitos de saber, o do professor e do historiador.

Por fim, questionamos se os entrevistados se sentiam preparados para serem bons professores, 48% dos entrevistados responderam que sim, já os outros 52% afirmaram que não se sentiam preparados para lecionar. Entendemos que o medo e a insegurança se fazem presentes ao longo de toda a graduação, apesar dos números apontarem que a maioria dos alunos se sentirem receosos, observamos que se deve muito ao fato da própria formação se dar ao longo de toda a vida e não somente nos quatro anos do curso.

Segundo a pesquisadora Thais Fonseca (2003), esperamos que os historiadores conheçam bem a historiografia, os pressupostos teórico-metodológicos que orientam seu trabalho, as técnicas de investigação, os procedimentos para o tratamento das fontes e das pesquisas. Aos professores de História, esperamos que conheçam o conteúdo, as práticas pedagógicas e os procedimentos didáticos. Portanto, a distância colocada entre os licenciados e os bacharéis da área de história nos dias atuais ainda são enormes. Como ressaltado pela professora Yara Alvim na XXXII Semana de História em sua palestra sobre História e Gênero, a professora afirmava que em geral nos cursos de História aqueles alunos que se destacavam ditos como prodígios a carreira de mestrado era uma obrigação, pois se contentar como professor era muito pouco. Mas, aqueles alunos mediados, ou não tão bons assim, a licenciatura era o melhor caminho. Compartilhamos da premissa de Selva Guimarães Fonseca, “Por que não dizer que o curso de História forma professores de História? Por que não confessar, para nós mesmos, que o campo de trabalho do historiador é basicamente o ensino?”. Afinal, na nossa sociedade raros são os verdadeiros historiadores que não sejam professores¹⁴.

Terminamos nossa análise como uma frase preocupante, de acordo com a reportagem da folha de São Paulo, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de entrega do prêmio nacional do Finep de inovação tecnológica em novembro de 2001, afirmou: "Se a pessoa não consegue produzir, coitado, vai ser professor. Então fica a angústia: se ele vai ter um nome na praça ou se ele vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem"¹⁵. A frase do ex-presidente é um exemplo da separação entre a dimensão da licenciatura e do bacharelado. O professor seria um simples copiador do conhecimento produzido no âmbito da Universidade, de inovação ele nada poderia trazer. O questionamento que nos move e ao mesmo tempo preocupa, é quantos anos ainda levaremos para superar essa lacuna entre o professor e o pesquisador.

Considerações Finais:

Como destacamos nosso estudo se caracteriza somente como uma primeira verificação, pois a mudança curricular é extremamente recente, o que nos impossibilita de uma análise mais refinada. Entretanto, algumas constatações podem ser feitas. Defendemos que a

¹⁴ FONSECA, Selva Guimarães. A formação do professor de história no Brasil: novas diretrizes, velhos problemas. *CEFETES/ Pós-graduação*. Disponível em: <<http://www.cefetes.br/gwadoctpub/Pos-Graduacao/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20EJA/Publica%C3%A7%C3%B5es/anped2001/textos/t0853028647036.PDF>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

¹⁵ FOLHA DE S. PAULO. *Para FHC, professor é 'coitado' que não conseguiu ser pesquisador*. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7188.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

formação do professores de História se dá ao longo da vida, e nesse sentido pensar o currículo de um determinado curso se torna tão importante. O magistério não pode e nem deve ser colocado como uma ocupação secundária, apesar da constante desvalorização que o professor tem sofrido em sua carreira, sua missão de ensinar e transformar aquele aluno em um cidadão, não se caracteriza como uma tarefa fácil, mas essencial para nossa sociedade.

Falar da formação do docente em História nos dias atuais significa refletir historicamente e socialmente, inclusive na atual conjuntura brasileira que presenciamos. Sendo assim, o debate em torno da licenciatura e do bacharelado se torna crucial. Não seria melhor termos um professor capaz de realizar pesquisa e com recursos suficientes para produzir seu próprio material didático? Ou um historiador, dotado de didática para lecionar com conforto e desenvoltura apresentar sua pesquisa em palestras. Por que não buscar uma educação que unifique os dois âmbitos? O curso de História certamente passara por novar reformas curriculares, a mudança é essencial e sempre terá algo que poderá ser melhorado. A separação entre a licenciatura e do bacharelado trouxe benefícios no que tange a formação de professores, na ampliação das disciplinas voltadas para a didática e na parcial superação do “modelo 3+1”. Portanto, trouxe outros problemas, como o aumento da lacuna entre os dois campos de saberes, alunos formando sem nunca terem escrito um artigo e a reafirmação do professor como mero transmissor de determinados conteúdos. O desafio do curso nesse momento talvez seja reaproximar esses dois campos de saberes para que o aluno saia um professor pesquisador e o um pesquisador com noções claras de uma sala de aula. E principalmente um diálogo maior com o Departamento de Educação visando unificar esses dois polos na formação docente.

Escrever sobre a formação do professor de História significa dialogar a história desta formação, com a formação atual e conseqüentemente com as perspectivas futuras. Como professores de História e historiadores estamos diretamente envolvidos nessa formação, somos os agentes, os personagens principais desse processo. Os próximos passos estão sendo pensados e trilhados. E cabe a nos guiarmos o caminho que essa história irá seguir.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. *DECRETO N. 981 - DE 8 DE NOVEMBRO DE 1890*. Senado Federal: Subsecretaria de Informações. Primeira República, fontes escritas. Disponível em: <

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação de professores no brasil: história, políticas e perspectivas. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n.42, p.94-112, jun. 2011 . Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/42/art06_42.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2000. p. 510.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. Formação de Professores e Ensino de História: Perspectivas e Desafios. *Revista Espaço Acadêmico*. N°77. Ano VII. Out/2007. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/077/77cerezer.htm> >. Acesso em: 18 nov. 2016.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. *Revista História Hoje*, v. 2, n° 4, p. 265-304 – 2013. p. 275. Disponível em: < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/98> >. Acesso em: 17 nov. 2016.

CERRI, Luís Fernando. A formação de professores de história no brasil: antecedentes e panorama atual. *História e História, Revista do Programa de Pós Graduação UND, Brasília*, vol. 1, n. 2, 2013. Disponível em: < periodicos.unb.br/index.php/hh/article/download/10126/7586>. Acesso em: 16 nov. 2016.

COSTA, Alex Silva. A importância do ensino de história nas escolas e suas implicações na vida social. *Revista USP*, v. 5, n. 2. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35602>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

CORDENAÇÃO CURSO DE HISTÓRIA. Projeto Pedagógico do curso de História da UFJFP. p. 8. Disponível em:< <http://www.ufjf.br/historia/files/2009/12/PROJETO-PEDAG%3%93GICO-DO-CURSO-DE-HIST%3%93RIA-2013.pdf> >. Acesso em: 15 nov. 2016.

ECCO, Idanir. O Ensino de história: evidências e tendências atuais. *R. Ciências Humanas Frederico Westphalen* v. 8 n. 10 p. 123 - 141 Jun 2007 Disponível em: < revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/download/306/569>. Acesso em: 16 nov. 2016.

FAVACHO, André Picanço. O que há de novo nas disputas curriculares? Scielo, Educ. Soc. vol.33 no.120 Campinas July/Sept. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300015>. Acesso em: 16 nov. 2016.

FOLHA DE S. PAULO. *Para FHC, professor é 'coitado' que não conseguiu ser pesquisador*. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u7188.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

FONSECA, Selva Guimarães. A formação do professor de história no Brasil: novas diretrizes, velhos problemas. *CEFETES/ Pós-graduação*. Disponível em: <<http://www.cefetes.br/gwadocpub/Pos-Graduacao/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20EJA/Publica%C3%A7%C3%B5es/anped2001/textos/t0853028647036.PDF>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Scielo, Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

JUSTINO, Guilherme. *Cursos de licenciatura enfrentam queda na procura em todo o Brasil*. ZH educação. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2015/07/cursos-de-licenciatura-enfrentam-queda-na-procura-em-todo-o-brasil-4793025.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MIRANDA, Sônia Regina et al. *Proposta curricular História*. Prefeitura de Juiz de Fora-Secretaria de Educação. Juiz de Fora, 2012. p. 3.

REIS, Carlos Eduardo. A formação do professor de História. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/11207/10674>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

SCHEIMER, Maria Delfina Teixeira . Ensino de história e a prática educativa: projetos interdisciplinares. V CINFE- Congresso Internacional de filosofia e educação, maio de 2016, RS. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo_tematico10/ensino%20de%20historia%20e%20a%20pratica%20educativa.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016;

SILVA, Marcos Antônio; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33 - 2010 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SILVA, Aline Gonçalves; SIQUELLI, Sônia Aparecida. Ensino de História e formação de professores: desafios atuais. Seminário Internacional de Educação Superior 2014-Formação e conhecimento. Disponível em: <https://www.uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/1_es_formacao_de_professores/03.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

STRÖHER, Carlos Eduardo. Historiador pesquisador e professor de História: sujeitos em desarmonia? SNH2015 - XXVIII Simpósio Nacional de História 27 a 21 de julho de 2015. Disponível em: < http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439858786_ARQUIVO_artigoSimposioANPUH2015.pdf> Acesso em: 16 nov. 2016.